



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

14º Relatório da Comissão de Avaliação (CA) do Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e a OSCIP Instituto Elo

1 - INTRODUÇÃO

O propósito deste Relatório é avaliar o Termo de Parceria celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS/MG e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público Instituto Elo, verificando o grau de execução dos resultados pactuados no período de 01/02/2009 a 31/03/2009.

O Termo de Parceria em questão tem como objeto “a implantação, desenvolvimento e consolidação de Núcleos de Prevenção à Criminalidade – NPC que:

- a) previnam o ingresso de jovens na criminalidade;
- b) realizem o monitoramento de Penas e Medidas Alternativas;
- c) promovam, por meio de atendimento psico-social, a educação e capacitação profissional do Egresso do sistema Penitenciário, objetivando uma efetiva integração social;
- d) estabeleçam ações de Mediação de Conflitos, promovendo atendimento jurídico e social;

Esta avaliação está embasada no que estabelece o Art.14 da Lei nº 14.870/2003, o Art. 45 do Decreto nº 44.914/2008.

Conforme Resolução nº 878/07, de 13 de setembro de 2007, esta comissão é integrada pelos seguintes membros:

- I – Fabiana de Lima Leite – Masp 1.080.162-9, pela SEDS;**
- II – Kris Brettas Oliveira - CPF 011.698.176-88, pela OSCIP;**
- III – Frederico de Moraes Andrade Coutinho, Masp 1.127.990-8, pela SEPLAG;**
- IV – Fabrício Simão da Cunha Araújo, Masp.1.152.389-1, pelo CEPP**
- V – Rita de Cássia Simão – Masp.1.120.376-7, pela SEDS**
- VI – Renato Almeida de Moraes – CPF 030.629.046-40, pela OSCIP**



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

2- METODOLOGIA DE ANÁLISE ADOTADA

Para empreender esta avaliação a CA realizou a análise do Relatório Gerencial encaminhado pela OSCIP em 28/04/2009, para, em seguida, apresentar as recomendações, decorrentes da 13ª Reunião da Comissão de Avaliação, realizada em 19/05/2009, para o bom andamento da parceria em tela e emitir conclusão sobre o desempenho da OSCIP quanto aos resultados pactuados para o período.

A nota final deste período avaliatório será composta pela nota obtida na avaliação dos Indicadores e Metas e pela nota obtida na avaliação das Ações ponderadas pelo percentual estabelecido no Termo de Parceria.

2.1. Nota referente ao atingimento dos resultados dos indicadores do Quadro de Indicadores e Metas

Todos os cálculos de notas serão feitos com números até duas casas decimais e o arredondamento deverá obedecer às seguintes regras: se a terceira casa decimal estiver entre 0 e 4, a segunda casa decimal permanecerá como está; e se a terceira casa decimal estiver entre 5 e 9, a segunda casa decimal será arredondada para o número imediatamente posterior.

Ao final de cada período avaliatório, os indicadores constantes do Programa de Trabalho serão avaliados calculando-se o Índice de Cumprimento da Meta - ICM - para cada um deles, conforme fórmulas definidas na descrição desses indicadores. Cumpre destacar que a realização da meta abaixo de 50% ($ICM < 50\%$) não será pontuada.

Uma vez calculado o ICM de cada indicador, serão determinadas notas de 0 (zero) a 10 (dez) para cada um destes, também conforme definido na descrição dos mesmos ou, subsidiariamente, conforme regra geral abaixo estabelecida:

Regra geral de atribuição de notas a indicadores:
--

Para cada indicador pactuado para o qual não tenha sido predefinido uma regra de pontuação própria, será atribuída nota de 0 a 10, proporcional ao ICM, e conforme a regra de arredondamento mencionada acima.
--

A nota obtida pelo atingimento dos resultados dos indicadores do Quadro de Indicadores e Metas será calculada pelo somatório da nota atribuída para cada indicador multiplicada pelo respectivo peso, dividido pelo somatório dos pesos.



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

$$\text{Fórmula 1 (F1): } \frac{\Sigma (\text{nota de cada indicador} \times \text{peso respectivo})}{\Sigma \text{ dos pesos}}$$

Nota referente ao cumprimento do Quadro de Ações

Ao final de cada período avaliatório será atribuída uma nota referente ao cumprimento das ações de acordo com a tabela abaixo:

Resultado da Ação	Nota Atribuída
Realizada	10
Realizada com atraso, mas apresentou justificativa aceita pela CA	5
Não realizada	0

A nota obtida pelo cumprimento das ações é calculada pelo somatório da nota atribuída para cada ação multiplicada pelo respectivo peso, dividido pelo somatório dos pesos.

$$\text{Fórmula 2 (F2): } \frac{\Sigma (\text{nota de cada ação} \times \text{peso respectivo})}{\Sigma \text{ dos pesos}}$$

Nota final

A nota final deste período avaliatório será calculada pela ponderação das notas do Quadro de Indicadores e Metas e do Quadro de Ações, de acordo com seu respectivo fator de ponderação (FP) estabelecido no Termo de Parceria

$$\text{Fórmula 3 (F3): } \text{Resultado de F1} \times \text{FP1} + \text{Resultado da F2} \times \text{FP2}$$

O resultado obtido é então enquadrado em um dos seguintes conceitos: Excelente (de 9,00 a 10,00), Bom (de 7,00 a 8,99), Regular (6,00 a 6,99) e Insatisfatório (abaixo de 6,00).

Pontuação Final	Conceito	Situação do Termo de Parceria
De 9,00 a 10,00	Excelente	Cumprido plenamente
De 7,00 a 8,99	Bom	Cumprido
De 6,00 a 6,99	Regular	Cumprido com ressalvas
Abaixo de 6,00	Insatisfatório	Não cumprido



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

3 - AVALIAÇÃO DOS INDICADORES E METAS

Área Temática	Indicadores	Unidade	Peso	V0	Meta	Realizado	ICM	Nota	Nota x Peso
1 Desenvolvimento e Consolidação dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade	1.1	Número de atendimentos no Programa Mediação de Conflitos	3	13519	1900	3122	164,32	10,00	30,00
	1.2	Número de atendimentos no Programa Central de Pensas Alternativas	3	7983	1450	1892	130,48	10,00	30,00
	1.3	Número de atendimentos no Programa de Reintegração Social	3	974	180	353	196,11	10,00	30,00
	1.4	Número de atendimentos no Programa Fica Vivo!	3	14215	13500	14590	108,07	10,00	30,00
	2.1	Percentual de participação dos técnicos nas capacitações metodológicas	%	2	92	90	91,12	101,24	10,00
2 Desenvolvimento e Capacitação das Equipes Técnicas dos Núcleos De Prevenção à Criminalidade	2.2	Percentual de participação dos gestores nas capacitações metodológicas	2	94,4	90	90,4	100,44	10,00	20,00
	2.3	Percentual de participação de técnicos e gestores na capacitação geral	2	89	-	-	-	-	-
	2.4	Percentual de participação de técnicos e gestores recém contratados nas capacitações iniciais	2	N/A	100	89,29	89,29	8,93	17,86
3 Implantação dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade	2.5	Percentual de técnicos acompanhados no desenvolvimento e aprimoramento do plano de melhorias	2	100	-	100	-	-	-
	3.1	Número de Núcleos de Prevenção à Criminalidade em funcionamento	1	36	-	-	-	-	-
4 Composição e Reposição de Equipe	4.1	Dias para reposição de equipe	1	7	10	20,37	-3,70	0,00	0,00
	4.2	Dias para composição de equipe nova	1	19,86	20	12,5	137,50	10,00	10,00
5 Divulgação e Comunicação do Trabalho Desenvolvido nos Núcleos De Prevenção à Criminalidade	5.1	Número de publicações do Informativo "Núcleo em Rede"	1	N/A	2	1	50,00	5,00	5,00

DESEMPENHO GERAL NO QUADRO DE INDICADORES		
Σ (Nota x Peso) (a)	Σ Pesos (b)	Nota (a/b)
192,86	21,00	9,18



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

3.1 Observações acerca do resultado alcançado:

Indicadores de Resultado

Área Temática 1 – Desenvolvimento e Consolidação dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade

Indicador 1.1 – Número de atendimentos no Programa Mediação de Conflitos

O Programa Mediação de Conflitos visa a resolução extrajudicial de conflitos em áreas de altos índices de criminalidade. São contabilizados os números acumulados de atendimentos extrajudiciais em casos de conflitos, incluindo tanto os “Casos Novos” como os “Retornos”. Nas categorias “Casos Novos” e “Retornos” contabiliza-se tanto casos de orientações quanto de mediações extrajudiciais em caso de conflito.

No período de fevereiro e março foram realizados 3.122 atendimentos, sendo 1.315 em fevereiro e 1.806 em março. Abaixo os atendimentos por núcleo:

Núcleo	Fevereiro	Março
Barreiro	110	103
Boréu	27	46
Cabana	64	96
Jardim Felicidade	44	81
Morro das Pedras	52	66
Pedreira Prado Lopes	63	104
Ribeiro de Abreu	54	76
Taquaril	81	85
Jardim Teresópolis	53	76
Nova Contagem	69	127
PTB	20	37
Rosaneves	91	104
Sabará	73	101
Palmital	71	166
Via Colégio	21	37
Veneza	84	124
Vespasiano	46	92
Turmalina	70	68
Betânia	40	51
Cristo Rei	18	10
Santos Rei	93	95
Uberaba	70	23



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Indicador 1.2 – Número de atendimentos no Programa Central de Penas Alternativas

O Programa CEAPA visa o acompanhamento de penas e medidas alternativas determinadas pelo judiciário e encaminhadas aos Núcleos de Prevenção.

Neste período foram realizados 1.892 atendimentos , sendo 873 em fevereiro e 1.019 em março, conforme quadro abaixo:

Núcleo	Fevereiro	Março
Belo Horizonte	489	491
Contagem	24	26
Betim	45	51
Ribeirão das Neves	32	43
Santa Luzia	33	35
Montes Claros	07	12
Governador Valadares	28	37
Uberlândia	60	80
Uberaba	20	26
Ipatinga	76	117
Juiz de Fora	59	101

Indicador 1.3 – Número de atendimentos no Programa Reintegração Social do Egresso

O Programa Reintegração Social do Egresso visa a inclusão social de egressos do sistema prisional, cujo objetivo é promover políticas sociais para sua inserção no meio social.

O Programa alcançou neste período 353 atendimentos de novos usuários, sendo 133 em fevereiro e 220 em março, conforme demonstração abaixo:

Núcleo	Fevereiro	Março
Belo Horizonte	08	22
Contagem	23	06
Betim	07	17
Ribeirão das Neves	04	14
Santa Luzia	02	06
Montes Claros	18	19
Governador Valadares	21	27
Uberlândia	12	20
Uberaba	19	21
Ipatinga	18	19
Juiz de Fora	02	45



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Indicador 1.4 – Número de atendimentos no Programa Fica Vivo

O Programa Fica Vivo tem como objetivo atender jovens entre 12 e 24 anos em situação de risco social, em áreas com elevado índice de criminalidade. A contabilização será de número de jovens em atendimento regular, tendo como referência o último mês dos trimestres.

Em fevereiro e março o número de atendimentos foram de 14.732 jovens, sendo 14.151 atendimentos em fevereiro e 14.590 atendimentos em março, conforme quadro abaixo:

Núcleo	Fevereiro	Março
Barreiro	381	348
Boréu	100	115
Cabana	719	700
Jardim Felicidade	482	503
Morro das Pedras	803	694
Pedreira Prado Lopes	637	619
Ribeiro de Abreu	770	944
Taquaril	1032	986
Santa Lúcia	371	388
Serra	460	569
Jardim Teresópolis	685	759
Nova Contagem	831	821
PTB	187	205
Rosaneves	729	779
Sabará	450	501
Palmital	786	998
Via Colégio	127	141
Veneza	552	637
Vespasiano	621	603
Turmalina	553	587
Betânia	697	751
Cristo Rei	162	220
Santos Rei	512	512
Morumbi	636	593
Abadia	259	283
Oficinas de parcerias	609	476



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Área Temática 2 – Desenvolvimento e Capacitação das Equipes Técnicas dos Núcleos de Prevenção a Criminalidade

Indicador 2.1 - Percentual de participação dos técnicos nas capacitações metodológicas dos programas

Esta ação tem como objetivo o aprimoramento da qualidade do trabalho das equipes técnicas. Para tanto, cada programa de prevenção promove uma capacitação metodológica trimestral, com temas pertinentes ao desenvolvimento das ações dos programas.

Neste período foi constatado pela Comissão que as capacitações ocorreram dentro do prazo previsto, atingindo o 91,11% de participação, dentro do acordado.

Percentual de participação dos técnicos			
Programa	Nº de técnicos atuantes	Nº de técnicos participantes	Percentual de participação
Egresso/Ceapa	60	57	95%
Mediação	58	50	86,2%
Fica Vivo	51	47	92,15%
Total	169	154	
Média			91,12%

O Instituto, ao final de cada capacitação, realiza uma avaliação entre os técnicos participantes, ressaltando os seguintes aspectos:

Ação	Nível de satisfação
Contribuição para o aprimoramento do trabalho nos núcleos	67,12%
Adequação da temática ao trabalho do técnico	79,27%
Compreensão dos conceitos	51,00%
Palestrante	48,40%
Carga horária	43,25%
Recursos técnicos	52,37%
Espaço físico	42,25%
organização	55,22%



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Indicador 2.2 - Percentual de participação de Gestores nas capacitações metodológicas

Esta ação tem como objetivo o aprimoramento da qualidade do trabalho dos gestores sociais. Para tanto, a Diretoria de Articulação Comunitária, responsável pela supervisão dos gestores promove uma capacitação metodológica mensal, com temas pertinentes ao desenvolvimento das ações dos núcleos.

Neste período foi constatado pela Comissão que as capacitações ocorreram dentro do prazo previsto, atingindo o 91,11% de participação, dentro do acordado.

Percentual de participação dos gestores			
Período	Nº de gestores atuantes em 03 dias	Nº de gestores participantes em 03 dias	Percentual de participação
Fevereiro	51	46	90,2%
Março	64	58	90,6%
Média			90,4%

O Instituto, ao final de cada capacitação, realiza uma avaliação entre os técnicos participantes, ressaltando os seguintes aspectos:

Ação	Nível de satisfação
Contribuição para o aprimoramento do trabalho nos núcleos	57,10%
Adequação da temática ao trabalho do técnico	85,70%
Compreensão dos conceitos	28,57%
Palestrante	57,14%
Carga horária	71,42%
Recursos técnicos	57,14%
Espaço físico	85,71%
Organização	85,71%

Indicador 2.3 - Percentual de participação de técnicos e gestores na capacitação geral

Não há meta para este período.

Indicador 2.4 - Percentual de participação de técnicos e gestores recém-contratados nas capacitações iniciais

Este é um novo indicador que tem como objetivo capacitar de uma forma geral os gestores e técnicos que estarão iniciando suas atividades no período.



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Esta ação faz-se importante devido às especificidades e peculiaridades da gestão de núcleos e programas de prevenção, que atuam com prevenção e combate à criminalidade violenta.

Inicialmente o Instituto, a partir da contratação, deve reunir os gestores e técnicos novatos para fazer uma capacitação inicial cujo objetivo é apresentar a OSCIP, sua missão, seus objetivos, a finalidade da parceria, local de trabalho, funções e demais informações pertinentes à OSCIP. Em seguida deve-se fazer uma capacitação de programas, cujo objetivo é apresentar o OEP, sua missão, seus objetivos e também finalidade da política de prevenção e seus programas.

No primeiro período avaliatório de 2009 (meses de fevereiro e março), foram realizadas 02 capacitações iniciais para funcionários recém contratados. A capacitação inicial prevista para ocorrer no mês de fevereiro foi realizada no mês de março de 2009 nas cidades de Uberaba e Uberlândia, cidades onde ocorreram as contratações do período, e tiveram 100% de participação. Considerou-se mais acertada (em função de economia de recursos e menor interferência na agenda destes NPCs, principalmente) a capacitação destes profissionais na data já agendada para a visita do profissional de RH a estes NPCs, no mês de março. A capacitação inicial do mês de março ocorreu no dia 31/03/2009. Dos 14 funcionários contratados no mês de março, 11 participaram da atividade, ou seja, 78,57% de presença. Os três funcionários contratados no período que não participaram desta atividade justificaram sua ausência pela presença na mesma data e horário em atividades externas, diretamente relacionadas aos seus programas de lotação, sejam, o CEAPA e PrEsp. Estes funcionários foram novamente convocados para a capacitação de abril.

Período	Nº de técnicos novatos	Nº de técnicos novatos capacitados	Percentual
Fevereiro	2	2	100%
Março	14	11	78,5%
Média			89,29%

Em análise deste indicador, constatou-se que a sua construção foi falha, pois não foi relatada a definição operacional de capacitação inicial. Desta forma, segue abaixo o detalhamento da capacitação inicial:

A capacitação inicial para novos contratados é um processo multidimensional que objetiva a instrumentalização destes colaboradores para atuação na política de prevenção à criminalidade do Estado de Minas Gerais. As capacitações iniciais deverão ocorrer



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

mensalmente, em Belo Horizonte. Deverão participar destas capacitações iniciais realizadas em Belo Horizonte os funcionários e estagiários contratados (desde a data da última capacitação inicial realizada) para atuação nos Núcleos de Prevenção à Criminalidade de BH e RMBH (gestores e técnicos sociais) e novos supervisores. No caso de o funcionário contratado já ter exercido atividade na política, no mesmo ou em outro cargo (especificamente, como gestor, técnico social ou supervisor), desde que não haja um espaço superior a 12 meses desde sua atuação nesta, não haverá obrigatoriedade de sua participação, considerados sua experiência e conhecimentos da política de prevenção, e sendo assim, sua participação não integrará o cálculo do cumprimento do indicador. Será considerada, para efeito do cálculo do cumprimento do indicador, apenas a participação dos funcionários contratados para atuação nos NPCs ou na supervisão metodológica (que não se enquadrem na descrição acima, ou seja, referente à sua experiência e atuação na política), não sendo incluídos, neste cálculo, os estagiários contratados.

As capacitações serão organizadas pelos Departamentos de Recursos Humanos e de Eventos do Instituto Elo e, quando realizadas em Belo Horizonte, sempre que possível, deverão contar com presença de representantes do Órgão Estatal Parceiro e/ou da supervisão e/ou diretoria dos programas. O conteúdo das capacitações iniciais deverá ser definido conjuntamente pelo Instituto Elo e pelo Órgão Estatal Parceiro. As capacitações iniciais para funcionários e estagiários dos NPCs das cidades do interior do estado ocorrerão sempre que possível quando da realização de atividades outras programadas pelo Departamento de Recursos Humanos do Instituto Elo. No caso de não haver atividade do Departamento de Recursos Humanos do Instituto Elo programada para até 45 (quarenta e cinco) dias depois da contratação de um funcionário de NPC do interior do estado, a capacitação inicial deverá ser realizada pelo gestor do NPC, que será capacitado para protagonizar tal atividade. Para que a capacitação destes colaboradores seja feita pelo Gestor, no entanto, não é necessário aguardar a finalização deste período. No caso de ser o gestor o novo contratado e não houver atividade programada do Departamento de Recursos Humanos do Instituto Elo para seu município em até 45 dias após sua contratação, a capacitação deverá ser feita em Belo Horizonte, quando de sua participação na reunião mensal para gestores, ou na ocasião de sua contratação.

Indicador 2.5 - Percentual de técnicos acompanhados no desenvolvimento e aprimoramento do plano de melhorias

Este indicador é de responsabilidade do setor de RH do Instituto, que tem como objetivo avaliar individualmente o aprimoramento dos gestores e equipes técnicas dos Núcleos de Prevenção, a partir dos instrumentos já desenvolvidos nos anos anteriores. O Plano de Melhorias é um instrumento analítico e individual de acompanhamento e avaliação das

[Assinatura]



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

capacidades técnicas dos funcionários dos núcleos, desenvolvido a partir da avaliação de competências dos mesmos.

Este acompanhamento é feito em visitas trimestrais aos núcleos, cuja meta é acompanhar 100% dos técnicos e gestores contratados.

Neste período, de fevereiro a março, por engano, não havia meta, mas de qualquer forma, foram acompanhadas 184 pessoas, entre técnicos e gestores, conforme quadro abaixo:

Nº de técnicos contratados	Nº de técnicos acompanhados	Percentual
184	184	100%
Média		100%

Área Temática 3 – Implantação dos Núcleos de Prevenção à Criminalidade

Indicador 3.1. - Número de núcleos de prevenção à criminalidade em funcionamento

Não há meta para este período.

Área Temática 4 – Composição e reposição de equipes

Indicador 4.1 – Dias para reposição de equipe

Este indicador tem como objetivo adequar as equipes técnicas, bem como gestão, dos Núcleos de Prevenção, de forma a garantir o desenvolvimento das ações dos programas. A cada necessidade de reposição de técnicos ou gestores em função de desligamento, a OSCIP tem na sua obrigatoriedade, a reposição de novo técnico ou gestor em tempo hábil, 10 dias, de forma a manter as equipes compostas adequadamente.

No primeiro período avaliatório de 2009 (meses de fevereiro e março) foram utilizados em média 20,37 dias para reposição de equipe. Neste período o Recursos Humanos do Instituto Elo preencheu 8 (oito) requisições de pessoal para substituição de gestores e/ou técnicos, sendo a média geral para reposição de 20,37 dias, considerado que foram gastos 163 dias para estas reposições de equipe. Assim visto, a meta de dias gastos para reposição de equipe não foi alcançada. Entretanto, isso não significa dizer que as requisições para o período não foram atendidas de acordo com a demanda. É necessário salientar que para tais requisições de reposição de equipe não havia mais banco de reservas disponíveis. Dessa forma, o processo seletivo teve que ser realizado desde o seu início, o que demanda maior tempo, pois envolve seleção de currículos, provas, dinâmicas de grupo e entrevistas.



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Indicador 4.2 – Dias para composição de equipe nova

Igualmente ao indicador acima, cujo objetivo é adequar as equipes, embora neste caso seja para composição de equipes para núcleos novos a serem implantados. Além de núcleos novos, vale ressaltar que, conforme previsto pelo OEP, as equipes dos Programas Mediação de Conflitos e Reintegração Social do Egresso sofreram uma reformulação, sendo padronizadas com três técnicos para cada programa, salvo as exceções de núcleos em expansão, que são quatro técnicos. Estas reformulações acrescentaram o número de contratações neste período.

Mesmo com as alterações, a OSCIP atingiu a meta de composição de equipes, que deuse em 12 dias, estando portanto dentro do prazo acordado de 20 dias. No primeiro período avaliatório de 2009 (meses de fevereiro e março) o Recursos Humanos do Instituto Elo preencheu 8 (oito) requisições de pessoal, tendo sido utilizados, considerando-se a fórmula acima exposta, em média 12,5 dias até a contratação destes colaboradores. Foi utilizado um total de 105 dias para estas contratações. Durante o bimestre, houve 01 desistência formalizada, para o cargo de técnico social do Programa Mediação de Conflitos (06/03).

Área Temática 5 – Divulgação e comunicação do trabalho desenvolvido nos Núcleos de Prevenção à Criminalidade

Indicador 5.1 – Número de publicações do informativo “Núcleo em Rede”

Este novo indicador tem como objetivo promover a comunicação escrita das ações desenvolvidas pelos Núcleos de Prevenção, em forma de jornal mensal, contendo todas as atividades consideradas inovadoras e informativas dos núcleos. Estas atividades e informações são colhidas antecipadamente pelo setor de comunicação do Instituto, editadas e repassadas ao OEP para avaliação e aprovação.

A comprovação do atingimento da meta é constatada pela entrega do material no OEP, da comprovação da nota fiscal e da entrega do material aos núcleos de prevenção.

Neste período avaliatório, a meta não foi cumprida pelo fato de não terem sido publicados no tempo acordado. O informativo do mês de fevereiro foi entregue em 12 de março e o informativo de março foi entregue em 29 de abril.



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

4 - PONTUAÇÃO FINAL

A pontuação apurada na reunião da Comissão de Avaliação, baseada no Relatório Gerencial enviado pela OSCIP, foi de 9,18 conforme cálculo abaixo:

DESEMPENHO GLOBAL DA OSCIP NO PERÍODO				
	Nota	Peso	Nota x Peso	Pontuação Global
Quadro de Indicadores e Metas	9,18	100%	9,18	9,18



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

5 - ANÁLISE DO QUADRO DE RECEITAS E DESPESAS

CATEGORIA CONTÁBIL	PREVISTO (R\$)			REALIZADO (R\$)		
	MÊS/ Fev	Mar	TOTAL	Fev	Mar	TOTAL
1.RECEITAS	1.165.214,08	1.165.214,08	2.330.428,16	29.702,05	32.064,05	61.766,10
1.1. Termo de Parceria	1.165.214,08	1.165.214,08	2.330.428,16	0,00	0,00	0,00
1.2. Outras	-	-	0,00	29.702,05	32.064,05	61.766,10
2.DESPESAS	1.389.585,01	1.389.585,01	2.779.170,02	842.578,66	855.625,84	1.698.204,50
2.1. Despesas de pessoal	1.187.108,03	1.187.108,03	2.374.216,06	672.755,67	748.299,60	1.421.055,27
2.1.1 - Salários	528.687,96	528.687,96	1.057.375,92	397.750,30	450.087,30	847.837,60
2.1.2 - Encargos	413.055,77	413.055,77	826.111,54	177.562,03	185.264,97	362.827,00
2.1.4 - Benefícios	245.364,30	245.364,30	490.728,60	97.443,34	112.947,33	210.390,67
2.2 - Serviços de Terceiros	12.485,00	12.485,00	24.970,00	20.710,16	22.275,57	42.985,73
2.3 - Despesas Operacionais	127.811,98	127.811,98	256.623,96	50.461,83	64.655,67	115.117,50
2.4 - Bens Permanentes/Investimentos	62.180,00	62.180,00	124.360,00	98.651,00	20.395,00	119.046,00
TOTAL	1.165.214,08	1.165.214,08	2.330.428,16	29.702,05	32.064,05	61.766,10



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

Observações sobre as despesas e receitas incorridas no período

Em 15/06/2009 realizou-se no Instituto Elo uma visita de supervisão para averiguação documentos relacionados ao período em análise:

- Análise de 16 fichas de registro de contratação, referentes a técnico social e 01 ficha referente a contratação de gestor. As fichas estavam de acordo com as regras estabelecidas.
- Análise de NF da empresa Logmatch, referente a aquisição de equipamentos. Esta nota não continha quantidade da aquisição. Foi solicitado ao Instituto averiguação.
- Despesas com coffe-breck para capacitações metodológicas: observamos um excesso na quantidade deste serviço para o nº de pessoas participantes. Foi solicitado ao Instituto a redução deste serviço, de acordo com o nº real de pessoas.
- Averiguação de listas de presença de capacitações metodológicas.

Em 23/06/2009, em nova visita ao Instituto, a supervisão repassou alguns questionamentos à área financeira e solicitou comprovação, a saber:

- cópia dos RPA's referentes ao valor de R\$8.350,00
- diferença de valores de vales-transportes, de R\$31.694,83 para R\$41.788,28
- despesas com taxi de R\$701,90, sendo que no relatório anterior ficou acordado desta despesa não constar nas despesas da parceria
- Despesa de R\$1.710,00 com ar condicionado
- despesa de R\$397,25 com serviço de veículo
- despesa de R\$2.744,50 com instalação de materiais e reparos
- aquisição de móveis e utensílios no valor de R\$20.395,00

Dado os esclarecimentos a contento, correspondentes aos questionamentos acima, chamamos a atenção apenas para despesas referentes a correio, taxi, coffe-break, que permanecem altos. As despesas com transporte (taxi) ainda estão sendo lançadas.

Outra questão refere-se à devolução do valor de R\$5.748,00 referente a não realização parte da pesquisa de impacto. Em 26/06/2009, a Superintendência de Prevenção à Criminalidade recebeu 04 volumes da pesquisa: 02 volumes da pesquisa do Programa Fica Vivo e 02 volumes da pesquisa do Programa Mediação de Conflitos. A superintendência não teve tempo hábil para avaliação da pesquisa, de forma não constar neste relatório seu parecer, constará no próximo relatório.

Em análise final, a Comissão está de acordo com as informações constantes no relatório financeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

6 – RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação recomenda:

- 1) Inserir no Relatório Operacional a Lista de Presença das capacitações realizadas.
- 2) Conforme orientação anterior, que o Instituto reavalie suas despesas com correio.
- 3) Conforme orientação anterior, que nenhuma despesa com taxi conste nas despesas desta parceria, salvo caso estritamente necessário.
- 4) Que o Instituto restitua o OEP do valor referente à devolução da Data Analysis, da Pesquisa de Impacto.
- 5) Que o OEP emita sua análise sobre a Pesquisa de Impacto no próximo relatório.

7 – SOBRE OS COMPROVANTES DE REGULARIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL

A OSCIP Instituto Elo apresentou Certificado de Regularidade do FGTS, a Certidão Negativa de Débito junto à Previdência Social e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos com a Receita Estadual, Certidão Negativa de Débitos com a Receita Municipal, todos em dia o que comprova a regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal da entidade no período avaliatório em questão.



SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Superintendência de Prevenção à Criminalidade
Diretoria de Implantação e Gestão de NPC

8 – CONCLUSÃO

A OSCIP Instituto Elo, conforme demonstrado ao longo deste relatório de avaliação obteve os seguintes resultados e conceitos:

PONTUAÇÃO FINAL: 9,18

CONCEITO: Excelente

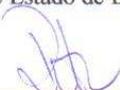
SITUAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA: Cumprido Plenamente.

Diante desse resultado a Comissão de Avaliação está de acordo com a realização dos repasses das próximas de recursos do Termo de Parceria para a OSCIP, conforme previsto no Cronograma de Desembolsos do 4º Termo de Aditivo.

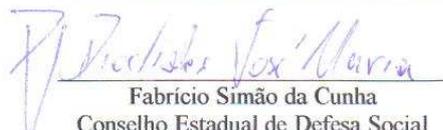
Belo Horizonte, de julho de 2009



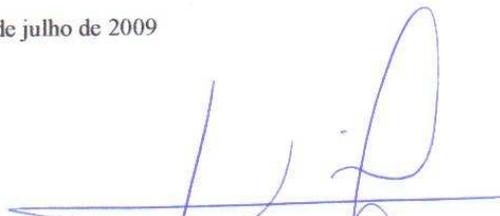
Fabiana Lima Leite
Secretaria de Estado de Defesa Social



Rita de Cássia Salomão
Secretaria de Estado de Defesa Social



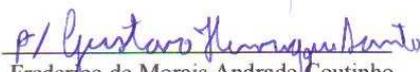
Fabrício Simão da Cunha
Conselho Estadual de Defesa Social
Resolução 900/2009-SEDS



Kris Brettas Oliveira
Elo Inclusão e Cidadania



Renato Almeida de Moraes
Elo Inclusão e Cidadania



Frederico de Moraes Andrade Coutinho
Secretaria de Estado de Planejamento e
Gestão

